

“Fizemos um ajuste fiscal sem precedentes”

Íntegra do discurso da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, proferido no domingo na abertura da reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Nagoya (Japão):

Sr. Presidente da Assembléia Caros Colegas Governadores Prezados Presidente Igrejas Nossos Diretores Executivos Senhoras e Senhores

Desejo felicitá-lo por sua eleição para conduzir nossos trabalhos, garantia do êxito desta reunião, bem como agradecer a generosa hospitalidade japonesa mais uma vez demonstrada por esta bela cidade de Nagoya.

O ano passado em Montreal, logo após a posse do novo Governo, tive a oportunidade de neste mesmo foro expor as linhas mestras da política econômica brasileira e nossa visão do papel do BID como foro de diálogo e banco de desenvolvimento latino-americano. Quero hoje voltar aos dois temas com a experiência acumulada nesse ano que passou.

Foram importantes as realizações no Brasil no caminho da estabilização e das reformas estruturais. Fizemos um ajuste fiscal sem precedentes que nos permitiu reverter uma situação de déficit operacional estimado em 9% para um superávit de 1% em 1990. O Governo recuperou a capacidade de executar política econômica e a política monetária como instrumento fundamental. Iniciamos um processo de ampla reforma do Estado que expressa a redefinição de seu papel como regulador e a redução de sua participação no setor produtivo.

Foram profundamente modificadas as diretrizes de nossa política industrial destinadas à modernização do parque industrial brasileiro e à crescente integração com a economia mundial. Promovemos a abertura do comércio exterior através da total eliminação de restrições à importação e de uma ampla reforma tarifária que nos permitiu chegar em 4 anos a uma tarifa modal de 20%. A esses passos associou-se uma abrangente revisão da política em matéria de propriedade industrial, em particular nos campos da informática e da indústria farmacêutica.

O Brasil reformulou, enfim, todos os aspectos relevantes de sua economia, eliminando os fatores determinantes de nossa ineficiência e inibidores de nossa integração com as economias mais avançadas.

O ajuste na AL não encontra contrapartida nos países ricos

Na luta antiinflacionária os resultados foram expressivos, embora muito ainda tenhamos que avançar. Tal fato deriva da complexidade da economia brasileira, de práticas arraigadas há mais de quarenta anos de convivência com taxas in-

flacionárias elevadas, da dificuldade em alterar os mecanismos de adaptação à inflação. A batalha que temos pela frente é compartilhada por muitos países latino-americanos. Não há, contudo, lugar para pessimismo, nem se pode ignorar a importância dos ganhos obtidos. Estávamos à beira da hiperinflação e conseguimos evitá-la. A inflação cedeu ante o conjunto de medidas do Governo, embora no segundo semestre do ano passado apresentasse sinais de recrudescimento. A deterioração do quadro internacional teve papel importante nesse quadro. As expectativas negativas criadas com a crise do Golfo — e o Brasil era um dos países potencialmente mais afetados por tal crise — aliadas a fatores internos incentivaram a retomada das pressões inflacionárias.

As dificuldades então enfrentadas, mas também os ganhos já realizados, levaram o Governo à adoção, no início do corrente ano, de um novo conjunto de medidas destinadas a aprofundar o plano de estabilização.

As ações de ordem fiscal, sobretudo de redução de despesas da administração direta e das empresas estatais, continuam no cerne das novas medidas. Ao lado disso, promovemos a desindexação da economia com o propósito de eliminar do sistema financeiro as práticas de ganhos derivados da especulação inflacionária e voltá-lo para suas funções de financiador do crescimento. Fizemos também uma trégua de preços e salários necessária e provisória.

As novas medidas vêm-se mostrando eficazes. A inflação reduziu-se significativamente. Nota-se na sociedade brasileira, em geral, nos trabalhadores, no empresariado e nas classes políticas o desejo de ampliar o diálogo. O Governo é o primeiro a estimular esse esforço.

Acaba de apresentar à sociedade uma proposta ampla para decisões concertadas sobre os rumos do País. Voltar a crescer num contexto de maior justiça social é nosso desejo último. A estabilização constitui o pré-requisito necessário e inadiável, mas olhamos o País numa perspectiva de longo prazo. Temos a expectativa de um cenário internacional favorável e esperamos contar com o apoio de nossos parceiros desenvolvidos e dos organismos financeiros internacionais.

Abre-se no cenário internacional, passadas as graves perturbações dos últimos meses, uma nova oportunidade para enfrentarmos de forma decidida problemas não resolvidos do passado. Há muito tempo pensamos sobre a economia mundial os reflexos dos graves desequilíbrios fiscais e de transações correntes dos principais países industrializados. Não se pode mais adiar a necessidade de resolução de tais desequilíbrios e de um decidido ajuste fiscal nos EUA, o que contribuiria decisivamente para relançar, em novas bases, o crescimento na economia mundial.

Nunca é demais repetir que a prosperidade e a estabilidade no mundo não estarão asseguradas enquanto as atenções não voltarem a se concentrar na causa do desenvolvimento. As reformas internas em curso nos países em desenvolvimento, nos planos político e econômico, de que são exemplo

eloqüente as transformações na América Latina, não encontram contrapartida nos países mais desenvolvidos. O que se verifica é uma assimetria entre países industriais e países em desenvolvimento em termos da distribuição desigual dos sacrifícios impostos às suas respectivas populações.

Reconhecemos a necessidade de correção dos rumos de nossas economias e estamos implementando, apesar dos sacrifícios, reformas profundas de cunho liberalizante, em plena vigência da democracia. Necessitamos uma economia internacional que seja suporte e não entrave ao nosso desenvolvimento, uma atitude positiva e não negativa no equacionamento das questões mais relevantes para nossos países, em especial a dívida externa, e um apoio claro e sem condicionantes espúrios, em particular pelos organismos financeiros multilaterais, a nossos planos de estabilização e a nossos projetos de desenvolvimento.

Superado o hiato negativo da crise do Golfo, é hora do diálogo

Após um longo período em que o diálogo interamericano estiveram ausentes grandes iniciativas políticas por parte dos EUA assistimos, no ano passado, ao lançamento da Iniciativa para as Américas pelo Presidente Bush. Tal iniciativa foi saudada pelos dirigentes latino-americanos que nela viam a busca de novos rumos para o diálogo hemisférico, aliçado numa nova visão integrada de nossas dificuldades econômicas e de como superá-las, aliada a uma perspectiva de retomada do crescimento de todo o Continente.

Infelizmente, as atenções voltaram a se deslocar da América Latina e do Caribe e de nossas relações com os EUA para outras áreas. Superando o hiato negativo da crise do Golfo cremos ser este o momento para retomarmos a discussão que então se iniciava de forma auspiciosa.

Nada mais apropriado para tanto que o foro do BID que, junto com a OEA, constituem o binômio institucional que dá expressão aos ideais interamericanos. Pretendemos que a Iniciativa prospere e dê frutos em termos de criação de uma região de co-prosperidade, como aliás se vem criando aqui no Pacífico. É necessário que a Iniciativa preserve sua característica original de uma visão integrada do desenvolvimento interamericano, em suas dimensões de comércio, investimento, dívida e meio ambiente, áreas às quais se deve agregar a da tecnologia. Além disso, é fundamental que a proposta original, que procura desenhar as grandes linhas do novo diálogo, possa ser aprimorada e expandida, pelo próprio exercício desse diálogo que se pretende incentivar, através de propostas latino-americanas. Um dos foros privilegiados para tal diálogo e para o acolhimento de propostas latino-americanas é justamente o BID. Assim procedendo estaremos transformando o gesto político do Presidente Bush em uma verdadeira empresa para as Américas e das Américas como aspiração de todos em particular de Enrique Iglesias, Presidente deste Banco. De nossa parte, estamos prontos para contribuir com propostas concretas para o aprimoramento da Iniciativa.

Se pretendemos que a Iniciativa seja expressão de um diálogo maduro e construtivo a nível continental, é importante que tal diálogo parta de uma visão correta dos problemas de todas as nossas economias, inclusive a norte-americana. Desejamos, portanto, ser participantes dessa discussão e acreditamos que essa é uma dimensão importante do diálogo entre nossos países.

O Brasil atribui prioridade à preservação e ao fortalecimento do sistema multilateral de comércio. Nesse sentido, preocupamo-nos a não conclusão da Rodada Uruguai no prazo previsto, apesar de todo o esforço desenvolvido, em especial por muitos países em desenvolvimento, como o Brasil, na busca do consenso. Fizemos mais sacrifícios em muitas de nossas posições e iniciamos ambiciosos programas de liberalização, confiantes no sucesso da Rodada e dispostos a ele contribuir, de forma decisiva. O Brasil segue firmemente decidido a trabalhar por uma conclusão exitosa da Rodada Uruguai.

No que se refere ao comércio e à cooperação regionais, dentre as transformações mais importantes por que vem passando a América Latina e o Caribe rumo à retomada do crescimento e à modernização, sobressai a renovação de nosso processo integracionista. Resalto o significado da decisão tomada pelos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai de criar o Mercado Comum do Cone Sul — MERCOSUL — e de tomar todas as medidas políticas e econômicas consequentes com tal decisão. Teremos em 1994 um mercado integrado de cerca de 200 milhões de pessoas.

É necessário que o BID preserve seu caráter multilateral

A questão da dívida externa é um dos pilares da Iniciativa e seguramente área central para seu sucesso, uma vez que de uma resolução definitiva de tal problema dependem em grande medida os ganhos que poderemos obter em outras áreas.

No caso do Brasil, as negociações sobre a dívida estão a se desenvolver normalmente. No que se refere aos atrasados o acordo com o Comitê Assessor de Bancos está virtualmente concluído. Desejo reiterar que, desde o início, nossa disposição foi a de chegar, no menor prazo possível, a um acordo que nos permitisse passar prontamente à segunda e mais importante fase: a negociação do estoque da dívida. Para tanto, estivemos flexíveis até o li-

mite de nossas possibilidades, determinadas pelo ajuste em curso de nossas contas públicas, que não queremos ver prejudicado, bem como por nossas projeções e metas de balanço de pagamentos.

Tenho sempre repetido, e o faço uma vez mais, que o Brasil deseja um acordo, mas não qualquer acordo: deseja um acordo que possa ser efetivamente cumprido e que não nos leve a novas renegociações. Acreditamos que esse dava ser também o objetivo dos bancos e dos países credores. Esperamos que esses últimos saibam manter uma posição equilibrada durante as negociações futuras, e que não cedam à tentação de apoiar posturas que poderiam levar a ganhos de curto prazo para seus bancos, mas que se provariam insustentáveis a longo prazo. Cabe a Governos, justamente, esta visão menos imediatista e de maior amplitude, levando em conta outros interesses, como, por exemplo, o dos segmentos industriais, notadamente os exportadores.

Para que o BID se afirme como instrumento válido e importante do diálogo interamericano e como o motor do desenvolvimento da região nos anos 90 ajudando a superar as sequelas da década passada, é necessário que a instituição preserve integralmente seu caráter multilateral. O sétimo aumento de capital deu ao BID os recursos necessários para que o Banco possa desempenhar suas funções que todos queremos ampliadas. Se o custo de tais recursos for, contudo, transformar o BID em instrumento de políticas unilaterais de um ou mais de seus acionistas, quer para a persecução de objetivos nacionais de política externa, quer para exercer pressão no âmbito de negociações econômicas, como as da dívida para com bancos comerciais, estou convencida de que se terá pago um preço excessivo pelo consenso obtido em Amsterdã.

Certos episódios recentes envolvendo o Brasil no BID são preocupantes e poderiam estar sinalizando no sentido acima apontado. Refiro-me ao pedido de adiamento, por um grupo de países industrializados membros do G-7 da consideração de importante projeto de investimento brasileiro na área social. Tal pedido foi formalizado contra a vontade da ampla maioria dos membros do BID, latino-americanos, caribenhos e industrializados, representando cerca de 57% de seu capital que expressaram seu inconformismo com a utilização daquele mecanismo e seu apoio à aprovação do projeto tal como encaminhado à diretoria.

Quero aproveitar aqui a oportunidade para mencionar, de público, não apenas a todos os países latino-americanos e caribenhos como também aos Países Baixos, Bélgica, Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Espanha, Suíça, Portugal, Áustria e Israel pelo apoio concedido à posição brasileira. Agradeço ao presidente e ao vice-presidente executivo do Banco pelos seus esforços em prol do bom-senso.

Estou segura de que ao proceder de tal forma tiveram em mente a preservação do BID como instituição multilateral onde as decisões sobre financiamentos devem ser tomadas com base em critérios técnicos e nos méritos de cada projeto.

Foi especialmente decepcionante para o Brasil e preocupante para o BID a alegação invocada para justificar o referido adiamento. Ao colocar em dúvida a capacidade do Brasil, um dos três maiores acionistas do Banco e o maior tomador de seus recursos, de honrar seus compromissos perante a instituição, ignorou-se que o Brasil sempre se manteve em dia com seus pagamentos ao BID e colocou-se em risco o Banco como instituição financeira e como instrumento multilateral de apoio ao desenvolvimento regional. Com efeito, foram os pagamentos do Brasil ao BID, juntamente com os de outros países latino-americanos, que permitiram à instituição seguir operando na ausência de um aumento em seu capital.

O Brasil está disposto a trabalhar de forma construtiva

Não tem, portanto, qualquer base econômica, o pedido de adiamento feito por alguns países. Na realidade, tal pedido visa estabelecer vinculação nova, ilegítima e inaceitável, entre a consideração de projetos de investimento pela diretoria do BID e as negociações com os bancos privados. O Brasil, e estou segura, a grande maioria dos acionistas do BID rejeita tal vinculação.

O Brasil espera que a decisão de adiar a consideração do projeto brasileiro seja prontamente revista em benefício de nossas continuadas boas relações financeiras com o BID e com todos os Estados membros que o integram.

É nosso firme desejo que este episódio seja rapidamente superado. Esperamos que esse mecanismo de adiamento, introduzido com o Sétimo Aumento de Capital nunca mais seja usado contra o Brasil ou contra qualquer outro mutuário do BID.

Nessas bases, o Brasil estará disposto a trabalhar de forma construtiva para o consenso no seio da instituição, para fortalecê-la e ampliar sua esfera de ação. Nesse contexto, é sintomático que a presente reunião se realize no Japão, país que por seus superávits comerciais, exportação de capitais e pelo dinamismo de sua economia ganhou novas responsabilidades no cenário internacional. Assim, o BID ganha dimensão global ao ter crescentemente associados à sua tarefa em prol do desenvolvimento latino-americano, países europeus e um país asiático da importância do Japão.

Ao Brasil interessa trabalhar pelo BID e com o BID para o progresso e modernização de nossos países e no aprimoramento da iniciativa para as Américas do presidente Bush.

Esperamos, como brasileiros e como latino-americanos, que o episódio do dia 28 de março não seja mais que acidente de percurso na história desta instituição multilateral voltada para a causa do desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

Muito obrigada.